



Perguntas e Resposta dos Ciclo de Debates O Labirinto das Obras Públicas Edição Paraná - 24/08/2021

Respostas às perguntas realizadas durante o Ciclo de Debates O Labirinto das Obras Públicas Ed. Paraná 24/08/2021 na plataforma Zoom e no Canal YouTube da CBIC, respondidas pelo Eng. José Eduardo Guidi (Perito Judicial, Especialista em Gestão Pública, INSPER/SP).

Evento transmitido pelo Zoom e gravado no YouTube

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=OtZnhsAC3bg&t=6s>

YouTube e Chat Zoom

14:34:00 From Glauco to All panelists:

Boa tarde, como evoluir tanto em relação à gestão pública sem investir muito na capacitação e reforço dos quadros de servidores técnicos e jurídicos, cada vez mais terceirizados e/ou comissionados e principalmente desvalorizados, conforme apresentado???

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Glauco. De fato, treinamento e capacitação é providência que para além de urgente, a meu sentir, deveria ser perene. Todavia, a realidade da gestão pública brasileira me faz crer que tal providência não está na agenda dos gestores. Tal decorre porque, sob a óptica político-gerencial, investimentos em pessoas não produz retorno no curto prazo. Dentre as alternativas possíveis, defendo a criação de comitês (instâncias de análises, consultas, disseminação de conhecimento em geral, ...) que poderão incluir tanto profissionais públicos quanto da iniciativa privada. O objetivo central é o de auxiliar de modo qualificado os entes/órgãos públicos de uma mesma região (exemplo dos consórcios de municípios) em todas as fases de uma obra pública.

14:39:43 From Eduardo to Everyone:

Boa tarde a todos, primeiramente parabeno pelo debate e demais temas abordados. Gostaria de levantar alguns questionamentos sobre o reequilíbrio econômico financeiro que tanto se agravou nos últimos anos, muito se fala em aumento extraordinário do item/composição/insumo, porém qual o parâmetro para considerar esse aumento extraordinário? Seria sobre a porcentagem de aumento do insumo? Seria o impacto financeiro (valor do item), seria o reequilíbrio total da planilha orçamentária sobre o custo da obra global? Hoje não se adota um padrão entre municípios e governanças, como saber se essa prestação de contas futuramente não causará problemas aos envolvidos por esse tipo de aprovação?

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Eduardo. O desequilíbrio por choque de mercado é um dos diversos tipos de rompimento da equação econômico-financeira. Eu enfrento o tema de modo detalhado em minha publicação intitulada, Engenharia Legal Aplicada - Metodologia ao Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro Inicial em Contratos de Obras Públicas (<https://oengenheirodemontreal.com.br/wp-content/uploads/2021/03/00-Met-Reeq-Mar21.pdf>)

Todavia, a segunda parte do seu questionamento, infelizmente, tem uma boa dose de risco, muito em face à exposição que fiz durante a interpretação. Para uma maior segurança jurídica junto aos órgãos de controle, a sugestão é formalizar um procedimento de análise e aprovação, de modo gerar uma tomada de decisão lastreada em critérios estabilizados.

14:45:55 From Roberto to Everyone:

Boa tarde. Não há critério para procedimento de revisão de preços que tiveram alta acima da média. Aqui exige-se notas fiscais de períodos distintos e a análise leva meses.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Roberto. De fato, não há critério a nível nacional estabilizado. Algumas instruções normativas estão disponíveis no sítio eletrônico da CBIC. Adicionalmente, minha publicação intitulada, *Engenharia Legal Aplicada - Metodologia ao Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro Inicial em Contratos de Obras Públicas* (<https://oengenheirodemontreal.com.br/wp-content/uploads/2021/03/00-Met-Reeq-Mar21.pdf>) está disponível ao domínio público.

15:03:16 From Igor Alexandre to Everyone:

Boa tarde. Temos exemplos de Contratantes Públicos que criam normativas para o reequilíbrio econômico financeiro, as empresas formalizam estes pedidos baseados nestas normativas, mas ao final do processo decidem em não aprovar estas solicitações.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Igor. Seu relato é um fato hodierno. A hipótese mais provável é o fenômeno do Apagão das Canetas, de forma que o agente público opta por transferir a decisão ao controle externo, evitando punição por interpretações divergentes.

15:15:32 From Roberto to Everyone:

Tribunal de Contas insiste na questão de desconto linear em serviços novos aditivos. Mesmo que não tenha desconto linear nos unitários licitados. Ele insiste em manter a proporção entre valor global licitado e valor global contratado.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

A meu sentir, trata-se de uma distorção aos preceitos da engenharia de custos, o que de fato gera dissabores às empresas obrigadas a aceitar acréscimos e supressões de serviços. A hipótese mais provável é que o TCU tenha determinado tal procedimento a fim de evitar os famosos “jogos de planilha”. Infelizmente, não creio q tal orientação irá ser revertida no curto prazo. Uma sugestão de mitigação seria considerar um risco maior à execução do contrato. Lado outro, isso poderia afetar sua competitividade no certamente licitatório.

15:19:36 From Marcio to Everyone:

Boa tarde, Carlos Eduardo, José Eugenio Gizzi, demais apresentadores e colegas, Cumprimento a todos pela oportunidade desta discussão! Participei deste evento como ouvinte e gostaria de oportunamente a visão da engenharia de projetos sobre Obras Inacabadas e os agentes de mudança, contribuindo no debate e nas soluções.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Marcio. Estamos à disposição!

15:23:35 From Murilo Machado to Everyone:

Boa Tarde; Murilo do Tribunal de Contas;

O que é unanimidade neste evento é que muitas vezes os projetos básicos são deficientes, demandando demais tanto das empresas quanto dos próprios fiscais de obras.

Minha sugestão é de fortalecimento das associações de municípios, para uniformizar os procedimentos disponíveis nos municípios. Estamos realizando auditorias nos sistemas de controle interno de obras públicas municipais e não encontramos apenas irregularidades e impropriedades, vemos também muitas boas práticas, com pouca difusão. Ações distintas entre os diversos órgãos, entidades e municípios com certeza dificultam as ações dos empreiteiros, os afastando da competição.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Murilo. De fato, não há sombra de dúvidas. Os projetos básicos estão na raiz da esmagadora maioria dos problemas enfrentados. Sua sugestão está em absoluta harmonia com o que estamos defendendo. Dentre as soluções possíveis, a criação de comitês (instâncias de análises, consultas, disseminação de conhecimento em geral, ...) que poderão incluir tanto profissionais públicos quanto da iniciativa privada. O objetivo central é o de auxiliar de modo qualificado os entes/órgãos públicos de uma mesma região (exemplo dos consórcios de municípios) em todas as fases de uma obra pública.

15:26:27 From c069303 to Everyone:

Os municípios (gestores municipais), atualmente, não conhecem nem sua própria realidade pra fazer um bom planejamento. Primeiramente, deveria se fazer um bom cadastro técnico multi-finalitário, para depois iniciar-se um planejamento.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds. De fato, a situação de nossos municípios, especialmente os de pequeno porte, é deveras preocupante. Sua sugestão está em absoluta harmonia com o que estamos defendendo. Dentre as soluções possíveis, a criação de comitês (instâncias de análises, consultas, disseminação de conhecimento em geral, ...) que poderão incluir tanto profissionais públicos quanto da iniciativa privada. O objetivo central é o de auxiliar de modo qualificado os entes/órgãos públicos de uma mesma região (exemplo dos consórcios de municípios) em todas as fases de uma obra pública.

15:28:18 From Roberto to Everyone:

Nota-se um certo terror nos agentes públicos. O Tribunal de Contas serve de pretexto para se negar todos os pedidos dentro de condições justas

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

De fato, na menor sombra de dúvida, o agente público tenderá a não arriscar seu CPF, transferindo a decisão para os órgãos de controle externo.

15:32:11 From Ricardo Gharib - Tekenge to All panelists:

entramos com pedido de revisão de preços de cabos elétricos de um contrato em outubro de 2020 na Prefeitura que atendemos. Até hoje não foi concedido, foi finalizada a análise técnica e agora inicia-se o trâmite jurídico. Vivemos muito o que foi exposto hoje aqui.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Ricardo. De fato, na menor sombra de dúvida, o agente público tenderá a não arriscar seu CPF, transferindo a decisão para os órgãos de controle externo.

15:41:47 From Paulo Vianna to Everyone:

Boa Tarde , ótimo evento!

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Paulo. Agradecemos sua presença. Estou à disposição!

15:42:05 From Paula to Everyone:

Primeiro, quero parabenizar pelo excelente evento que muito vem a contribuir para elucidar as dúvidas. Precisamos de respostas rápidas no que tange aos reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos visto que no caso dos de ligantes asfálticos, que representam em torno de 50% do custo de obras rodoviárias, tivemos acumulado neste ano um neste insumo de 45,38%, sendo que a Petrobras é a única fornecedora

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dra. Paula. Se a obra for do DNIT, há Instrução Normativa específica para esse procedimento. Caso não seja, eu enfrento o tema de modo detalhado em minha publicação intitulada, *Engenharia Legal Aplicada - Metodologia ao Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro Inicial em Contratos de Obras Públicas* (<https://oengenheirodemontreal.com.br/wp-content/uploads/2021/03/00-Met-Reeq-Mar21.pdf>). É de domínio público.

José Alberto: Parabéns aos promotores do evento, muito importante neste momento a discussão do tema apresentado.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. José Alberto. Agradecemos sua presença. Estou à disposição!

Daniel Gontijo: Parabéns pelo evento! Que seja muito bem aproveitado este momento de convergências nos diversos assuntos discutidos.

Resposta do Eng. José Eduardo Guidi:

Sds Dr. Daniel. Agradecemos sua presença. Estou à disposição!